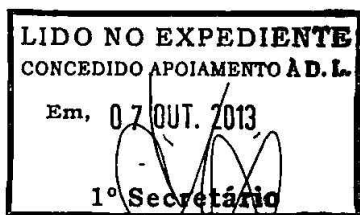




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



INDICAÇÃO Nº 2297/13

Indica Instalação da Defensoria
Pública no Município de Cianorte.

Ao Governador do Estado do Paraná Senhor Carlos Alberto Richa.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no § 1º do Artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após receber a aprovação do Plenário, Indica Instalação da Defensoria Pública no Município de Cianorte.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das instituições denominadas Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial á função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

Recentemente, algumas cidades foram contempladas na respectiva região, com a instalação da Defensoria Publica, sendo inclusive, algumas menores que Cianorte, que hoje conta com uma população de aproximadamente 75 mil habitantes. Ademais, importante ressaltar que Cianorte, além de ser sede da região administrativa da, AMENORTE (Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Paraná), também é comarca de entrância final.

É a razão deste.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2013.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

INDICAÇÃO Nº

2298/13



SÚMULA: Sugere a implantação de detectores de metais nos pontos de acesso em escolas e universidades no Estado do Paraná.

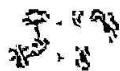
Ao Excelentíssimo Senhor CEZAR SILVESTRI, Secretário Estado de Governo.

Em entendimento ao artigo 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a V. Exa. A implantação de detectores de metais nos pontos de acesso em escolas e universidades no Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos, a humanidade tem presenciado crimes praticados no interior de escolas e universidades pelo mundo inteiro. Infelizmente, adolescentes ou adultos, portando armas de fogo, adentram o ambiente de ensino com o intuito de tirar vidas inocentes.

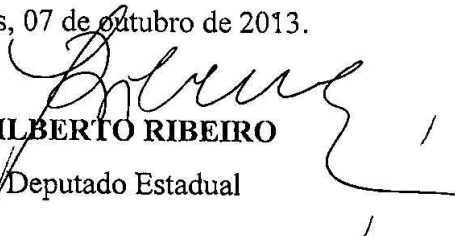
A tecnologia trouxe à segurança muitos avanços. A utilização de detector de metais nos pontos de acesso em estabelecimentos variados possibilitou a diminuição de crimes nesses locais.



Porém, em todo o país, há uma facilidade em acessar uma escola ou universidade portando uma arma branca ou arma de fogo, visto a falta de elementos que proporcionem a devida segurança aos estudantes e profissionais do ensino.

A instalação desse dispositivo em escolas e universidades possibilitaria maior segurança à todos que vivem nesse âmbito, proporcionando maior qualidade de segurança, evitando homicídios e fatalidades nesses locais.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2013.


GILBERTO RIBEIRO

Deputado Estadual

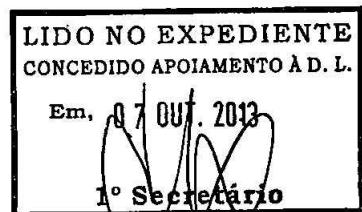


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

INDICAÇÃO Nº 2299 /2013.



SOLICITA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ O ENCAMINHAMENTO DE MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

Ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Em atendimento ao artigo 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, depois de recebida a aprovação do Plenário, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná o envio de Mensagem a esta Assembleia, de acordo com o seguinte Anteprojeto de Lei:

EMENTA: DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE RECOLHIMENTO DE ICMS ASILOS, CRECHES E ENTIDADES FILANTRÓPICAS PARA A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1.º Ficam isentos do pagamento de ICMS, na aquisição de veículos automotores exclusivamente destinados ao transporte de seus assistidos, os Asilos, as Creches e demais Entidades Beneficentes e de Assistência Social.

§ 1.º Para a obtenção do benefício instituída por esta Lei, o veículo deverá ser registrado em nome da pessoa jurídica;

§ 2.º O veículo deverá ter o nome da entidade inscrito, plotado ou gravado por qualquer outro meio, em suas laterais.

Art. 2.º A entidade deverá ser reconhecida como de Utilidade Pública, consoante dispõe a Lei n.º 16.888, de 01 de agosto de 2011.

Art. 3.º O veículo somente poderá ser comercializado após o prazo de vinte e quatro meses, contados da data de aquisição do mesmo.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2013.

PEDRO LUPION
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA:

A presente Indicação tem por finalidade auxiliar e, de certa forma, compensar as pessoas jurídicas que prestam tão relevantes serviços ao Povo do Estado do Paraná.

É sabido que a alta carga tributária que incide sobre os bens de consumo, acaba encarecendo-os de sobre maneira.

A proposta de isenção visa à aquisição de veículos automotores pelas entidades que denomina, para que elas possam efetuar com maior segurança e agilidade os seus assistidos.

Para tanto, o recebimento de tal benefício está condicionado ao regime estabelecido pela Lei n.º 16.888, de 01 de agosto de 2011, que dispõe sobre Declaração de Utilidade Pública e dá outras providencias.

De mesma forma Sr. Governador, como se pode ler no artigo 3.º da presente Indicação, dispõe sobre o prazo de vinte e quatro meses para que os veículos adquiridos sob o regime proposto traga benefícios aos carentes , evitando toda e qualquer espécie de locupletamento por parte dos dirigentes das referidas entidades.

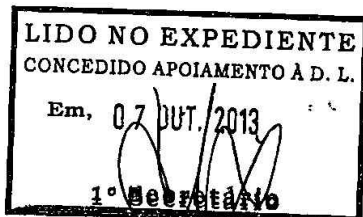
Assim, solicito por parte das autoridades competentes a tomada das providências necessárias com relação ao presente pleito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO 2300/2013



Súmula: Sugere o pagamento de indenização aos Agricultores Familiares, cujas propriedades foram acometidas pela Tuberculose e Brucelose, animal no Estado do Paraná durante ano de 2013.

Ao Sr. Secretário de Estado de Governo Cezar Silvestre

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se ao Senhor Secretário de Estado de Governo Cezar Silvestre que encaminhe a pasta governamental relativa à presente indicação que sugere o pagamento de indenização aos Agricultores Familiares, cujas propriedades foram acometidas pela Tuberculose e Brucelose animal no Estado do Paraná durante ano de 2013.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o pleito considerando que o setor leiteiro em nosso estado gera cerca de 360 mil empregos diretos e indiretos.

Sabe-se ainda que existem no Estado do Paraná cerca de 120 (cento e vinte) mil propriedades rurais, a sua grande maioria pequenas propriedades rurais, ou seja, as que possuem área

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org

15:10 07/10/2013 000629 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais, envolvidas com este setor.

Também vale destacar que são produzidos hoje, em torno de 4 (quatro) bilhões de litros de leite no Paraná, e a questão da sanidade animal é preocupante.

Para conscientizarmos os produtores do problema ao tempo de não “abandoná-los” sugerimos o pagamento para os animais abatidos durante o ano de 2013 em virtude destas zoonoses.

Sala das Sessões, 07 de Outubro de 2013.


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org

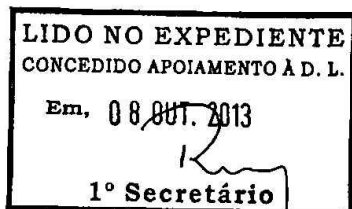


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Indicação Nº 2301/13



Súmula: Sugere ao Governo do Estado que promova a Reestruturação da pista de atletismo do Colégio Estadual de Paranavaí.

Ao Secretário de Governo

O Deputado Estadual Teruo Kato, em atendimento ao disposto no art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugerir:

- A Reestruturação da pista de atletismo do Colégio Estadual de Paranavaí.

Justifica-se a presente solicitação, pois as condições da pista em questão esta precária, e esta é a única estrutura de atletismo para atendimento desta região. A necessidade de valorização e incentivo a prática esportiva deve ser continua em todas as modalidades.

Sala das Sessões, 08 de Outubro de 2013.

Teruo Kato
Deputado Estadual